

# A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS REFLEXOS DO ENSINO DE SOCIOLOGIA DAS POLÍTICAS IGUALITÁRIAS DE PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE.

Raquel Guiomar Conrado Guenes<sup>1</sup> José Marciano Monteiro<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir o papel do ensino de Sociologia na promoção de uma educação inclusiva que favoreça a inserção social das pessoas com deficiência. Parte-se da compreensão de que as deficiências não se restringem a aspectos biológicos, mas são também construções sociais, marcadas por lutas contra o capacitismo, a exclusão e as desigualdades. A pesquisa adota metodologia bibliográfica, fundamentada nos aportes teóricos de Alain Touraine, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron. Touraine contribui com a defesa de uma convivência democrática, plural e harmônica na sociedade, enquanto Bourdieu e Passeron evidenciam o papel da escola tanto na reprodução quanto na superação das desigualdades sociais, a depender de seu compromisso crítico. Também se realiza uma análise das políticas públicas existentes voltadas à inclusão de pessoas com deficiência. Os resultados apontam a persistência de mecanismos naturalizados de invisibilidade social no cotidiano escolar e na dinâmica social mais ampla, os quais dificultam a plena inclusão e a participação cidadã desses sujeitos. Nesse contexto, o ensino de Sociologia revela-se fundamental para a desconstrução de paradigmas excludentes, ao promover a reflexão crítica sobre as estruturas sociais, o reconhecimento da diversidade, os princípios da educação inclusiva e a valorização das diferenças como condição essencial para a construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária, justa e inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão social, deficiência, educação inclusiva, ensino de sociologia, sociedade.

## Introdução

Para que uma sociedade seja igualitária e justa, é indispensável a construção de políticas públicas. Nas sociedades modernas, marcadas por desigualdades de acesso, as políticas públicas são, em grande medida, responsáveis por garantir o envolvimento dos sujeitos — em especial das minorias — no mundo social.





























<sup>1</sup> Mestranda pelo Mestrado Profissional em Ensino de Sociologia em rede nacional – PROFSOCIO na linha de pesquisa: Práticas de ensino e conteúdos curriculares. raquelguenesravy12@gmail.com

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Prof. Dr. em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Professor Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional. E-mail: jose.marciano@professor.ufcg.edu.br



Compreender o surgimento e os objetivos das políticas de educação inclusiva, no contexto da inserção da pessoa com deficiência na sociedade, é essencial para a construção e o fortalecimento de ações educacionais e sociais que assegurem a cidadania e a equidade dessas pessoas nos diversos espaços.

Dessa forma, torna-se necessário analisar como essas políticas estão sendo implementadas, pois é fundamental garantir que a educação inclusiva não se limite a idealismos e teorizações que permanecem apenas no papel. É preciso que ela se concretize na prática, por meio da oferta de um ensino com qualidade, equidade e igualdade, promovendo a inserção da pessoa com deficiência na sociedade em condições semelhantes às de todos os outros indivíduos.

Entretanto, o ensino de Sociologia é fundamental que se aborde os direitos das pessoas com deficiência e a forma como elas devem estar inseridas na sociedade. Isso porque a Sociologia possibilita que o sujeito desenvolva uma postura crítica diante dos fatos relacionados à sua vivência enquanto ser social, oferecendo mecanismos para, por meio da observação, identificar e compreender os fatores que provocam desigualdades injustiças e, consequentemente, a exclusão social dos indivíduos. Esse debate parte da perspectiva de alguns autores com uma visão sociológica, os quais defendem a possibilidade de uma sociedade inclusiva, capaz de romper com os ciclos de desigualdade e respeitar a diversidade.

Nesse aspecto, Touraine afirma que um dos maiores desafios das sociedades é construir convivências baseadas na igualdade de direitos e no reconhecimento das diferenças. O autor defende que "o sujeito só pode ser reconhecido, se suas diferenças forem respeitadas" (Touraine, 2000, p. 89).

O trabalho, para tanto, encontra-se estruturado da seguinte forma: inicialmente, a Introdução contextualiza o tema e apresenta os objetivos da pesquisa. Em seguida, desenvolvese o tópico "Educação Inclusiva e a Sociologia como Mecanismo de Transformação Social", no qual se discute o papel da Sociologia na análise crítica das desigualdades e na promoção de uma educação mais equitativa. O segundo tópico, "O Ensino de Sociologia e a Luta pelo Reconhecimento e Cidadania Inclusiva", aprofunda o debate sobre o ensino da disciplina como instrumento de valorização da diversidade e enfrentamento das exclusões escolares.

A seção de Metodologia descreve a abordagem qualitativa e teórico-bibliográfica adotada, detalhando as estratégias de seleção e análise das fontes. Na Breve Revisão Bibliográfica, são apresentados os principais referenciais teóricos que fundamentam a discussão, com destaque para autores como Bourdieu, Touraine e Freire. Por fim, nas Considerações Finais, são retomadas as principais reflexões do estudo, destacando-se a































importância do ensino de Sociologia como contribuição efetiva para a consolidação de práticas educacionais inclusivas e socialmente comprometidas.

## Educação Inclusiva e a sociologia como mecanismo de transformação Social

Dialogar sobre inclusão escolar e, consequentemente, sobre a participação de pessoas com deficiência na sociedade, nos faz refletir como as políticas públicas garantem de fato o direito à assistência e à acessibilidade nas vivências sociais. Esses fatores ultrapassam a questão da mera presença física nos espaços escolares e trata-se, muitas vezes, de um "estar" que não se converte em participação visível, reconhecida e significativa. Sabe-se, porém, da relevância que a escola pode exercer na formação cidadã do aluno com deficiência quando ele é atendido por práticas pedagógicas acessíveis, significativas e conduzidas com respeito e valorização de suas singularidades, uma vez que "A educação constitui o direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades bem como o aprendizado ao longo da vida". (Brasil, 2015, art. 28, I).

Assim, há cerca de dez anos, surgiu a Lei nº 13.146/2015 — a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) —, fruto de lutas e movimentos sociais comprometidos com o combate às discriminações e com a defesa dos direitos e da acessibilidade das pessoas com deficiência.

O artigo 27 da LBI dispõe:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015, art. 27).

Ao mesmo tempo, é possível correlacionar a educação inclusiva às contribuições sociológicas para a formulação de políticas de direitos e de igualdade, fundamentadas na garantia de acesso e participação em diferentes contextos. Nessa perspectiva, a inclusão escolar contribui para a quebra de mecanismos excludentes e para o rompimento de processos de marginalização de sujeitos, dado o poder transformador do conhecimento sobre as pessoas e sobre a sociedade. Ao promover o convívio entre estudantes típicos e atípicos, a escola pode favorecer relações respeitosas, ampliar a convivência social e colaborar para a construção de uma sociedade na qual todos estejam presentes e atuantes em todos os espaços.

A inclusão não se limita a um processo restrito ao ambiente escolar, mas deve estender-





























se a todos os espaços sociais. Essa perspectiva desafía o modelo tradicional e excludente que, por muitos anos, orientou as práticas e vivências no contexto educacional. Sabe-se que a escola contribui para a formação de sujeitos na sociedade e que ela acaba sendo um mecanismo de moldagem do indivíduo, no qual a valorização e o respeito à diversidade devem ser prioridades. É fundamental garantir a oferta e a acessibilidade a uma educação pautada na igualdade, qualidade e equidade para as aprendizagens e a formação dos sujeitos.

Assim, propõe-se um diálogo constante para o fortalecimento e a construção de parcerias entre família, escola e Estado, rompendo com todas as práticas que retiram, de fato, o papel das instituições de ensino na formação social. Ou seja, a escola não deve ser um espaço excludente ou colaborativo na reprodução de violência, preconceitos e desigualdades, pois "junto ao Estado, à família e à sociedade" o ambiente escolar tem como função "assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação" (Brasil, 2015).

Sobre o direito à educação das pessoas com deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão dispõe:

> Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015, art. 27).

Logo, considerando os resultados advindos das ofertas educacionais, permite-se o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos com deficiência, impactando significativamente a construção efetiva dos saberes — sejam acadêmicos, afetivos ou sociais — e visando a conquista do espaço de todos na sociedade. Entretanto, se não ensina, não se aprende e o resultado é reprodução de desigualdades, pois as oportunidades não foram distribuídas de forma igualitária. Dessa forma, a própria sociedade se permite excluir e nessa perspectiva, Bourdieu e Passeron possibilitam analisar como a escola tem se tornado um espaço de construção e manutenção das desigualdades sociais, já que, apesar de seu papel de preparar uma sociedade justa e igualitária, pratica o contrário quando reproduz ações que não abrangem todos os alunos. Além disso, o sistema educacional avalia por meio de provas padronizadas e sistemáticas, sem considerar as especificidades regionais, plurais ou individuais dos estudantes.

Ainda assim, é possível dialogar na sociologia sobre a forma como os sujeitos são obrigados a reproduzir desigualdades impostas pelos padrões do modelo estrutural social, especialmente pelo mercado de trabalho, que favorece a imposição da cultura legítima para a





























dominação de classes, processo esse que se reflete nas escolas e na reprodução das desigualdades. Contudo, a igualdade se constrói a partir das políticas assistidas e da prática da inclusão, que possibilitam romper barreiras invisíveis que perpetuam desigualdades, bem como promover rupturas nos habitus sociais ou institucionais, conforme discorrem Bourdieu e Passeron em sua obra A Reprodução.

## O ensino de sociologia e a luta pelo reconhecimento e cidadania inclusiva

Na busca pela cidadania inclusiva, a sociologia fundamenta as relações e caminhos para uma sociedade igualitária por meio da inclusão, destacando a contribuição do ensino da sociologia na formação de políticas públicas que asseguram ao sujeito o direito de construir seu espaço no meio social. Nesse sentido, é possível dialogar com o pensamento de Alain Touraine, especialmente em sua obra *Podemos Viver Juntos?* (1997), quando ele propõe que a construção da democracia só é possível a partir do reconhecimento da diversidade na sociedade. Como defende Touraine, os grandes desafios da organização social são, fundamentalmente, a identidade e os direitos garantidos — elementos centrais na inclusão plena das pessoas com deficiência, que rompem com as formas tradicionais e padronizadas de viver em sociedade. Essas formas estão condicionadas à convivência social e democrática, que, para Touraine, exige a escuta, o diálogo e o respeito às diferenças dos sujeitos na vida social.

Consequentemente, reforça-se que, para a construção da igualdade, é necessário romper com as desigualdades reproduzidas nos diferentes espaços sociais, sobretudo naqueles que são base de conhecimento, aprendizagem e formação cidadã, como a escola — na qual ninguém pode ficar excluído. Para tanto, as políticas de inclusão foram criadas com o objetivo de impactar a redução seletiva dos sujeitos excluídos, tendo sido construídas com base em lutas por igualdade social.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) representa um avanço fundamental para a cidadania plena das pessoas com deficiência, tendo sido elaborada com base na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2015).

Ao construir uma análise sociológica sobre a inclusão de sujeitos com deficiência, é preciso discutir os diferentes modelos teóricos: médico, social e biopsicossocial, e compreender como cada um influencia a forma como a sociedade percebe as pessoas com deficiência e garante seus direitos. Essa compreensão implica refletir sobre as concepções de sociedade, poder e cidadania, onde se é possível dialogar sobre o modelo médico, enriquecido pelos



























escritos simbólicos de Pierre Bourdieu e Alain Touraine, que se alicerçam nos princípios da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI).

O modelo biomédico, contudo, é questionado pela sociologia, pois concebe a deficiência a partir de uma visão biológica e funcional do sujeito, desconsiderando os aspectos sociais que reproduzem as deficiências. Para Bourdieu, as estruturas objetivas produzem disposições duráveis que orientam as práticas; assim, os discursos médicos atuam como formas de violência simbólica, impondo uma visão dominante sobre o corpo e naturalizando a exclusão daqueles que não se enquadram nas normas estabelecidas. Em contradição ao modelo biomédico, o modelo social desloca o foco da limitação corporal e funcional para as barreiras sociais e culturais que impedem a plena participação das pessoas com deficiência, que não se encaixam nas normas vigentes. Nessa perspectiva, a deficiência está na forma como a sociedade a percebe e contribui para sua reprodução. Assim, a deficiência resulta da interação entre as ausências e impedimentos presentes em um meio social excludente.

Essa discussão está alinhada ao pensamento de Alain Touraine (1997), que defende que a sociedade deve ser construída a partir do reconhecimento das diferenças e da capacidade dos sujeitos de produzirem seus próprios projetos, quando afirma que "[...], A questão fundamental da nossa época não é mais a integração, mas o reconhecimento" (Touraine, 1997, p. 25).

Dessa forma, os princípios de Touraine propõem uma sociedade que respeite a pluralidade e inclua os sujeitos valorizando a diferença, conceitos que se relacionam com a educação inclusiva e as políticas públicas previstas pela LBI.

No modelo biopsicossocial, a deficiência é entendida como um termo abrangente que envolve deficiências, limitações de atividade e restrições de participação, referindo-se aos aspectos negativos da interação entre um indivíduo — que apresenta uma condição de saúde e os fatores contextuais ambientais e pessoais (Organização Mundial da Saúde, 2003, p. 17).

Essa abordagem dialoga com a noção bourdieusiana sobre a influência do campo social, onde as práticas sociais são estruturadas por relações de poder:

> "O campo é um espaço de relações objetivas entre posições, estruturado por disputas e diferentes formas de capital. Essa concepção permite compreender a deficiência não apenas como uma condição corporal, mas como uma experiência influenciada pelas posições ocupadas nos diferentes campos sociais" (Bourdieu, 2001, p. 135).

Assim, os três modelos devem ser observados na sociologia crítica das relações sociais dos sujeitos, especialmente em relação a poder, cultura e exclusão, conforme as reflexões de Bourdieu e Touraine. Visto que, a visão sociológica da deficiência rompe com a compreensão tradicional do modelo biomédico, o qual tende a sustentar práticas de segregação,



























medicalização e isolamento dos sujeitos. Em vez de focalizar o "déficit" corporal, essa abordagem evidencia como diferentes campos sociais falham em garantir condições de participação, ao insistirem em enquadrar as pessoas com deficiência a partir daquilo que lhes "falta" ou do que precisa ser "corrigido" ou "adaptado". Tal lógica repercute na reprodução das desigualdades sociais.

Um olhar sociológico crítico sobre a exclusão de pessoas com deficiência permite compreender como a própria sociedade constrói a deficiência, produzindo barreiras físicas, culturais e simbólicas que limitam a participação em diferentes espaços. Na educação, essa reflexão se articula com a pedagogia das diferenças de Skliar, que problematiza a normatividade: a pedagogia da diferença deve questionar a homogeneização e romper com a expectativa de que todos se ajustem a um padrão universal (Skliar, 2003).

Nessa perspectiva, é preciso valorizar os saberes produzidos "nas margens" e nas experiências historicamente silenciadas, em que reconhecer tais saberes contribuem na construção de práticas pedagógicas, assim como, admitir que o ensino de Sociologia oferece instrumentos analíticos que ajudam estudantes a compreender que a deficiência é uma questão social e política — não apenas individual, funcional ou biológica, pois é no ensino de Sociologia que se revelam os mecanismos de dominação simbólica e estrutural que contribuem para a formulação de políticas capazes de promover efetivamente a equidade e nesse contexto, o conceito de sujeito autônomo, conforme proposto por Touraine, é central, pois trata-se de garantir a cada indivíduo o direito de participar ativamente da vida social, sem ser reduzido à sua condição física ou sensorial.

No que se refere ao direito à inclusão escolar, este tornou-se uma base sólida, uma vez que:

> "A educação inclusiva deve ser uma luta contra a exclusão social e cultural. Isso implica reconhecer a diversidade como um valor, e não como um obstáculo. A escola precisa deixar de ser um espaço de normalização para se tornar um ambiente plural, que acolha e valorize diferentes formas de ser, viver e aprender" (Tomlinson, 1997).

Assim, ao desvelar os mecanismos de reprodução das desigualdades por meio da educação e ao propor uma análise crítica das instituições sociais, o ensino de Sociologia oferece importantes subsídios para a efetivação da educação inclusiva que torna-se fortalecida pelas contribuições teóricas de autores da sociologia clássica com as políticas de educação inclusiva sob a escola como espaço essencial para a construção de uma sociedade justa e democrática. Dessa forma, a participação igualitária das pessoas com deficiência é uma condição necessária para o reconhecimento pleno da diversidade humana e para a consolidação da justiça social.





























## Metodologia

Este trabalho tem natureza teórico-bibliográfica, inscrito em uma abordagem qualitativa, e dirige-se à análise crítica das contribuições da Sociologia para a formulação de políticas públicas inclusivas e de acessibilidade às pessoas com deficiência, com foco no campo educacional — entendido tanto como lócus potencial de garantia de direitos quanto como espaço de reprodução de desigualdades sociais. A opção pela abordagem qualitativa justificase pela atualidade e complexidade dos fenômenos socioeducacionais em pauta, bem como pela necessidade de interpretações aprofundadas sobre práticas, discursos e estruturas institucionais.

A pesquisa bibliográfica consolidou-se a partir de leituras criteriosas de obras clássicas e contemporâneas da Sociologia, além de estudos específicos sobre educação inclusiva. O corpus inclui legislações, políticas públicas e documentos institucionais relativos aos direitos das pessoas com deficiência, articulados a referenciais teóricos da Sociologia. Os eixos centrais são representados por Bourdieu e Touraine, em diálogo com outros autores mobilizados ao longo do trabalho, permitindo uma análise crítica da produção e manutenção de desigualdades sociais vinculadas à falta de oportunidades e aos mecanismos de exclusão.

A seleção das fontes buscou assegurar diversidade teórica e densidade crítica na discussão sobre o direito à educação na e para a diversidade. O método analítico adotado permitiu a discussão de quatro eixos principais: (I) a educação inclusiva e seus desdobramentos no ensino de Sociologia; (II) as implicações das políticas igualitárias para a participação das pessoas com deficiência na sociedade; (III) os desafios enfrentados por estudantes com deficiência no contexto escolar; e (IV) os efeitos dos padrões institucionais e avaliativos do sistema de ensino sobre as oportunidades educacionais.

A leitura das fontes foi orientada por categorias como campo, capital cultural, violência simbólica, reconhecimento, diferença, inclusão, equidade e justiça social. Espera-se que este estudo contribua para o aprofundamento das discussões acadêmicas, subsidiando ações educacionais e fortalecendo projetos formativos comprometidos com a equidade e a justiça social para todos os sujeitos.

#### Breve revisão bibliográfica

A análise da literatura indica que a escola, enquanto instituição social, frequentemente reproduz as desigualdades que deveria combater. Conforme demonstram Bourdieu e Passeron































(1992), o sistema educacional legitima uma cultura dominante e, ao fazê-lo, desqualifica ou invisibiliza saberes e experiências que não se ajustam a esse padrão hegemônico. Na prática, essa lógica manifesta-se em currículos inflexíveis, avaliações padronizadas, barreiras de acessibilidade física e comunicacional, práticas didáticas pouco adaptadas e ausência de formação específica para educadores — fatores que contribuem para a exclusão de estudantes com deficiência e outros grupos minoritários. Tais obstáculos revelam a urgência de revisar processos pedagógicos e infraestrutura escolar para assegurar inclusão efetiva.

O currículo tradicional, com frequência centrado em conteúdos e métodos homogêneos, desconsidera a diversidade das formas de aprendizagem e as especificidades dos estudantes com deficiência (Tomlinson, 1997). Essa padronização pode reduzir o engajamento, gerar desmotivação e alimentar sentimentos de inadequação.

De modo semelhante, avaliações padronizadas tendem a medir o desempenho de forma uniforme, sem contemplar diferentes ritmos, apoios ou linguagens de aprendizagem, o que acaba penalizando estudantes que não correspondem ao modelo escolar dominante (Skliar, 2003). Como efeito, a escola reforça rótulos e marginalizações em vez de oferecer adaptações e suportes. Outro aspecto essencial, diz respeito à ausência de acessibilidades que torna o ambiente escolar pouco acolhedor e limita a participação plena de estudantes com deficiência (Brasil, 2015).

A escola apresenta-se, historicamente e normativamente, como espaço de promoção da cidadania e da igualdade. Contudo, quando se acompanha a trajetória de estudantes com deficiência nesse espaço, emergem contradições severas entre o ideal proclamado e as condições concretas de participação. Sendo necessário instigar, no contexto escolar e por meio do ensino de Sociologia, uma reflexão crítica que evidencie os mecanismos de exclusão presentes no cotidiano das instituições.

Além disso, é fundamental recorrer aos autores que, ao longo de seus escritos, construíram uma dialética capaz de fornecer ferramentas teóricas para compreender e enfrentar essas formas de exclusão. Nesse contexto, podemos refletir também sobre a pedagogia de Paulo Freire, especialmente no que se refere à exclusão de alunos com deficiência em escolas que deveriam ser inclusivas. A crítica freiriana à chamada educação bancária revela uma prática pedagógica que transforma o aluno em mero receptor de informações, sem espaço para diálogo ou para a valorização de sua experiência. Embora essa crítica não tenha sido originalmente formulada para o campo da deficiência, ela permite analisar como muitos estudantes são marginalizados quando não correspondem às expectativas normativas de desempenho. Para Freire (1987), tal prática impede a construção de sujeitos autônomos e críticos, mantendo os





























oprimidos em uma condição de submissão.

A exclusão de estudantes com deficiência também está associada à ausência de reconhecimento das múltiplas formas de aprender, o que acaba silenciando aqueles que não se enquadram no modelo hegemônico. Para Freire, a escuta é essencial ao processo educativo, pois promove o diálogo e a construção coletiva do conhecimento. A ausência de escuta das necessidades e das vozes das pessoas com deficiência reforça sua invisibilidade. Quando a escola não dialoga com a diferença, acaba reproduzindo as desigualdades sociais e educacionais denunciadas por Bourdieu, em oposição à pedagogia da liberdade proposta por Freire.

Nesse sentido, surge o questionamento: é realmente justo afirmar que o campo escolar trata todos os alunos igualmente, quando os critérios avaliativos não respeitam as diferenças? Em muitos casos, aplica-se o mesmo padrão de avaliação e exigência a todos, como nas avaliações sistemáticas, ignorando-se a singularidade de cada estudante. Aqui reside um equívoco que Freire (1996) combate ao afirmar que a verdadeira igualdade se constrói no respeito às diferenças. A ideia de "tratar todos igualmente", sem considerar as necessidades específicas, transforma a igualdade em instrumento de opressão. Alunos com deficiência, quando submetidos aos mesmos critérios sem adaptações razoáveis, vivem uma exclusão disfarçada de neutralidade pedagógica.

A padronização das metodologias e do currículo escolar está longe de respeitar a diversidade e de contribuir para a construção de uma sociedade justa, especialmente para as pessoas com deficiência. Paulo Freire lembra que toda forma de dominação precisa ser superada por meio da conscientização crítica. A padronização do ensino é, em si, uma forma sutil de dominação, pois desconsidera as vivências, as vozes e os saberes dos educandos. No caso dos estudantes com deficiência, essa padronização os exclui não apenas pelo conteúdo, mas pela forma como o conhecimento é transmitido, ignorando as mediações e adaptações necessárias para sua plena participação.

Uma possibilidade de transformação dessa realidade, conforme apontam Bourdieu e Passeron (1992), começa pela reflexão crítica sobre o habitus e o capital cultural. Para Bourdieu, quando a escola reconhece que opera com valores e saberes socialmente condicionados, abre-se espaço para uma educação menos reprodutora e mais crítica, uma vez que "A escola não elimina as desigualdades, mas mascara o que contribui para reproduzi-las. Reconhecer isso já seria um primeiro passo para mudar". (Bourdieu, 1998).

Por isso, é necessário afirmar que uma educação comprometida com valores democráticos e com a superação das desigualdades não pode mascarar sua tarefa de incluir. Como diria Freire, "a educação não é neutra: ou ela contribui para a libertação, ou reforça a



























opressão" (Freire, 1987). No caso das pessoas com deficiência, o silêncio da escola diante de suas necessidades configura uma forma de exclusão — e cabe a todos nós romper com esse silêncio. A efetivação da educação inclusiva exige, portanto, uma transformação profunda, que envolve não apenas mudanças internas à escola, mas também uma reestruturação da sociedade. A escola deve assumir seu papel político e social por meio de políticas educacionais consistentes, organização curricular flexível, práticas avaliativas respeitosas, infraestrutura adequada, formação docente contínua e ações voltadas à superação das barreiras históricas que excluem pessoas com deficiência.

Desse modo, o ensino de Sociologia na educação básica contribui para a desconstrução das desigualdades, promovendo uma análise crítica das estruturas de poder e dialogando com a educação inclusiva, que deve ser entendida como um processo contínuo de transformação da cultura escolar e das relações sociais.

#### Considerações Finais

A pesquisa realizada evidencia que a educação inclusiva não deve ser compreendida apenas como uma prática pedagógica, mas como um projeto político voltado para a construção de uma sociedade democrática, plural e justa. A contribuição da Sociologia, ao identificar os mecanismos de reprodução das desigualdades e ao propor alternativas para sua superação, é fundamental nesse processo. O reconhecimento da deficiência como uma construção social possibilita romper com estigmas e preconceitos historicamente enraizados, que colocaram as pessoas com deficiência à margem da sociedade. Ao compreendê-la não como um atributo individual, mas como o resultado de barreiras sociais, culturais e institucionais, abre-se espaço para uma nova perspectiva de inclusão. Essa abordagem permite enxergar as pessoas com deficiência como sujeitos de direitos, dotados de competências e capazes de contribuir ativamente para a construção de uma sociedade plural.

Para que essa realidade se concretize, é imprescindível que os sistemas educacionais adotem políticas afirmativas, práticas pedagógicas diferenciadas e programas de formação continuada para professores, tendo como eixo central a valorização da diversidade. É igualmente necessário um comprometimento político que assegure recursos, acessibilidade e o protagonismo das pessoas com deficiência. A educação inclusiva, nesse contexto, não é apenas uma obrigação legal ou uma diretriz pedagógica: ela se constitui como a expressão concreta do direito à diferença com igualdade. O ensino de Sociologia, ao revelar os mecanismos de dominação simbólica e propor alternativas inclusivas, assume um papel



























decisivo na construção de uma escola mais crítica, justa e emancipada.

Assim, pode-se afirmar que a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva é não apenas um imperativo ético, mas também um fundamento essencial para a efetivação da cidadania plena. Com base na perspectiva sociológica, reafirma-se o compromisso com os princípios de justiça social, igualdade e equidade, indispensáveis para a consolidação de uma sociedade que valorize a diversidade em todas as suas dimensões.

# REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF. São Paulo: EDUSP, 2003.

SKLIAR, Carlos. A diversidade: um princípio educativo. Revista Educação & Realidade, v. 28, n. 2, p. 85-100, 2003.

SKLIAR, C. A invenção do outro: Diferença, deficiência e educação. Porto Alegre: Mediação, 2003.

SKLIAR, Carlos. Pedagogia (improvável) da diferença: o sujeito, a linguagem e a ética. Porto Alegre: Mediação, 2003.

TOMLINSON, Sally. Educação inclusiva: uma luta contra a exclusão social. Porto: Porto Editora, 1997.

TOURAINE, Alain. Podemos viver juntos? Igualmente diferentes. Petrópolis: Vozes, 1997.











